
CURSOS PROFISSIONAIS NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL.

*Loni Elisete Manica**
*Geraldo Caliman***

Resumo

O texto evidencia que a educação profissional pode ter, na pedagogia social, o amparo necessário para a prática da inclusão. Inicialmente, retrata o histórico de um programa inclusivo desenvolvido por uma instituição de educação profissional e analisado para o presente estudo. Depois, responde a três questões: seriam os cursos profissionais propícios para desenvolver ações de inclusão na perspectiva da pedagogia social? É possível fazer educação profissional em ambientes não formais e com laboratórios tecnológicos que extrapolam as salas convencionais? O docente que atua em cursos de educação profissional poderá ser considerado um educador social?

Palavras-Chave: Educação profissional; Pedagogia social; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é o de analisar o programa que é desenvolvido por uma instituição profissional privada e sua prática no que se relaciona aos cursos profissionais em ambientes não formais e à sua íntima relação com a pedagogia social, identificando as áreas de atuação inclusiva no âmbito da educação social e da pedagogia social.

A experiência relatada diz respeito ao Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. No texto, descrevemos o trabalho que a instituição realiza e a inclusão de práticas e projetos alinhados à perspectiva da pedagogia social, de forma a realçar, nacionalmente, princípios metodológicos e práticas pedagógicas de como realizar uma educação profissional ao alcance de todos. Para a realização da prática, analisou-se o PSAI¹ – Programa Senai de Ações Inclusivas, que foi criado com o objetivo de desenvolver a educação profissional para um público que, muitas vezes, não está inserido nas escolas profissionais formais.

As questões que colocamos são: esses cursos profissionais voltados às populações excluídas seriam adequados para desen-

volver ações de inclusão na perspectiva da pedagogia social? É possível fazer educação profissional em ambientes não formais e com laboratórios tecnológicos que extrapolam as salas convencionais, avaliados com base na competência adquirida fora dos ambientes escolares? O docente que atua em cursos de educação profissional do Senai poderá atuar na perspectiva da pedagogia social e também ser considerado um educador social?

Optamos por analisar aquilo que está intimamente relacionado à prática profissional exercida no Departamento Nacional do Senai. Esse Departamento tem como objetivo orientar, criar e disseminar políticas de educação profissional para os Departamentos Regionais situados nos estados do Brasil, sempre com foco na Indústria. O que aqui foi redigido está embasado na prática vivenciada, nos últimos dez anos, na gestão nacional do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas, aliada a estudos e contribuições teóricas adquiridos durante o transcurso acadêmico e que, nesse momento, apoiam a veracidade das informações registradas.

O PROGRAMA SENAI DE AÇÕES INCLUSIVAS – PSAI E SUA IDENTIDADE SOCIOPEDAGÓGICA

Historicamente, o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial sempre prestou em suas escolas distribuídas pelo território nacional algum tipo de atendimento ao público vulnerável, seja por meio de convênios com instituições governamentais e não governamentais, seja pela sua missão em levar a educação profissional a todo cidadão. Tais ações, todavia, mesmo com resultados satisfatórios para a sociedade, não eram orientadas por

* *Doutoranda do curso de Educação da UCB. Mestre pela UFSM-RS. Especialista em Supervisão/ Administração e Orientação Educacional pela UFSM-RS. Especialista em Educação Especial-Faculdade de Brasília e, Equidade de Gênero, pela OIT/ CINTERFOR. E-mail: loni@dn.senai.br*

** *Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Salesiana (Itália). Professor Orientador pela UCB-Professor do Programa da Educação da Universidade Católica de Brasília. E-mail: caliman@ucb.br*

uma linha comum de ação que garantisse sua continuidade e/ou uma ação contextualizada com as necessidades do público-alvo que não tem acesso aos ambientes formais de educação.

No entanto, a partir de 1999 foi criado o Programa Senai de Ações Inclusivas – PSAI, com o objetivo de atender à comunidade vulnerável, inicialmente às pessoas com necessidades educacionais especiais, indo ao encontro das necessidades da sociedade. Através desse programa o Senai desenvolve cursos de educação profissional para pessoas que estão à margem da sociedade, seja por preconceito de cor, etnia, situações de pobreza, analfabetismo, comportamentos sociais ou qualquer outra forma de descrédito da sociedade para com esse público que vive em situação de precariedade social e econômica.

O Programa implantado pelo Senai justifica-se pelo dever de apoiar a indústria no fortalecimento de seu desenvolvimento sustentável e de sua responsabilidade social, oportunizando que ações em prol da inclusão e da diversidade sejam realizadas e financiadas pelo Senai. Cabe esclarecer que esse tipo de programa nem sempre reverte diretamente para a própria Indústria, mas atende aos anseios populacionais de grupos que estão em situações de pobreza ou risco social. Dessa forma, a indústria desempenha um papel significativo junto à sociedade e mostra que sua missão vai além da criação de produtos industrializados e da finalidade única de geração de lucros e ganho empresarial.

Não parece tão comum o fato de uma instituição que atua em favor da indústria poder, também, atuar em prol de populações vulneráveis. Parece contraditório que o industrial, que luta pelos seus negócios e pelos seus ganhos e pela lucratividade, possa investir em projetos sociais que não tragam imediatos retornos, mas pode-se garantir de antemão que essa possibilidade é real. Para isso, foi preciso sair do ambiente acadêmico, viver a experiência prática e poder descrever o que é vivenciado rotineiramente através da função profissional que é desempenhada no cargo de gestão nacional do PSAI.

Ratifica-se que este programa é voltado à educação profissional para o público que foi atingido por alguma forma de discriminação e exclusão, e, assim, não teve acesso à escola regular formal. Podemos citar como exemplo os jovens com deficiência



que, apesar de pertencerem ao público-alvo, não exclui outras idades e outras vertentes que também são atendidas no âmbito do PSAI. Como é o caso do desenvolvimento da metodologia para atuar com pessoas da terceira idade que necessitam da qualificação e/ou requalificação profissional, não apenas para ocupar seu tempo ocioso como aposentado, mas, especialmente, para continuar produzindo e se sentindo útil. Isto é obtido através de práticas pedagógicas que estimulam o empreendedorismo, a consultoria ou um lazer profissional, coisas que, muitas vezes, no decorrer de sua vida aquela pessoa não teve oportunidade de realizar. Neste caso específico que envolve a terceira idade, esta ação se justifica pelos dados do IBGE que comprovam maior expectativa de vida para os brasileiros.

Assim, foi necessário o desenvolvimento de práticas pedagógicas para atender a vários públicos, levando em consideração uma diversidade que vai além de variáveis como a idade e compreende outras, como a relação de ajuda a pessoas pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas ou que tenham a ver com problemas de deficiência. A primeira metodologia, criada pela instituição de educação profissional com o objetivo de inclusão, esteve diretamente ligada às pessoas com deficiência que, na maioria das vezes analfabetas ou escondidas pela sociedade e/ou pela família, não tiveram oportunidade de participar de uma escola regular. A partir daí, surge um documento norteador contendo tal metodologia para servir de orientação aos Estados que a desejavam implantá-la. Vale ressaltar que a metodologia desenvolvida para a formação profissional de pessoas com deficiência orienta-se por princípios socioeducativos, não é rígidas e contém orientações técnico-pedagógicas para atuar na educação profissional com alunos que necessitam, além do conhecimento técnico e/ou tecnológico, de um alto grau de criatividade e despojamento pessoal por parte do educador.

Em um segundo momento, no âmbito do Programa de inclusão profissional foi criado mais um projeto, com o objetivo de levar educação profissional aos povos indígenas e às comunidades quilombolas que atualmente necessitam da tecnologia, em muitos casos, para a própria sobrevivência no seu ambiente cultural. Em um terceiro momento houve a preocupação em incluir as mulheres em cursos denominados pelo senso comum como ocupação tipicamente masculina, como o caso de mecânica de autos e azulejaria, bem como os homens em profissões tidas como femininas, como é o caso da costura industrial ou da panificação. Assim, implantou-se uma metodologia voltada para o resgate desse público. A cada inclusão de um novo projeto o programa recebia um novo documento metodológico, desenvolvido e acompanhado por especialistas que extrapolavam a teoria a partir da prática das escolas profissionais.

Paralelo a isso, ainda no âmbito do programa descrito, alinharam-se orientações técnico-pedagógicas para atender comunidades carentes, entre estas: favelados, carcerários, prostitutas, meninos de rua, que podem ou não estar agregados dentro de uma ou mais vertentes citadas acima.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, hoje, o programa de educação profissional inclusivo tem se estendido para todo o Brasil através de projetos firmados com ONGs – Organizações Não Governamentais, ou OGs – Organizações Governamentais, bem como, financiados pelos empresários, com o objetivo comum de levar a educação profissional técnica/tecnológica ao público que vive em situações de vulnerabilidade.

Através dessas parcerias e do desenvolvimento dos seus cursos de educação profissional, a instituição alia ao conteúdo programático, técnico e/ou tecnológico aspectos essenciais de cidadania, cooperação, análise, autoestima e gestão, entre outros, com o objetivo de devolver ao aluno atendido a dignidade, seja por meio da inserção educacional, seja por meio da inserção profissional.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA SOCIAL

Após esse breve histórico do Programa de Ações Inclusivas, desenvolvido por instituição que atua na educação profissional no Brasil, passa-se a vinculá-lo às perspectivas da Pedagogia social. Percebe-se que o referido programa vem ao encontro do público que não tem suas necessidades supridas e realiza a educação profissional através de ações socioeducativas em ambientes não formais, como: aldeias indígenas, favelas, comunidades quilombolas, presídios, organizações de idosos, organizações de pessoas com deficiência, entre outros ambientes que podem ser reconhecidos como instituição de ensino. Nesse contexto, percebe-se a íntima relação entre a educação profissional e a educação social. Silva² (2009) registra isso, quando afirma que:

“a interação entre o trabalhador e a cidadania é educacional em termos de desenvolvimento pessoal, construção da identidade e do crescimento humano”. Dessa forma, parafraseando Silva³ (2009), no Brasil os contornos iniciais da Pedagogia Social se dão pelas práticas educativas desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, programas e projetos sociais, sejam eles públicos ou privados.

Esses ambientes, tidos como não formais, exigem um planejamento diferenciado, um querer pedagógico. Proporcionam um desafio constante do educador que assume a função de fazer

uma educação para alunos que vivem em situações diferentes das dos alunos que têm suas necessidades atendidas. Esse tipo de metodologia exige um educador que alie seus conhecimentos teóricos e didáticos ao conhecimento da pedagogia social, que crie seu próprio método de acordo com o que vai ensinar, necessitando escolher a que sistema deseja servir e qual sua postura nessa escolha: manutenção ou transformação social.

Esse tipo de educação, desenvolvido fora dos ambientes formais, na perspectiva da pedagogia social, age também como meio de superações de possíveis problemas comportamentais; vai além do educar para o conhecimento técnico/tecnológico que é repassado nas escolas formais, e tem o foco voltado

para reintegrar o indivíduo à sociedade por meio dos princípios da pedagogia social. Assim, parafraseando Caliman⁴ (2008), uma dimensão privilegiada da Pedagogia Social é aquela dos espaços de transformação da Educação não intencional, ou não declaradamente intencional. O autor afirma ainda (2008):

A pedagogia social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício da cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade. Tem a ver com a construção, aplicação e avaliação de metodologias de prevenção e recuperação⁵.

Nesse sentido, o trabalho do educador social na perspectiva da pedagogia social exige um conhecimento que extrapola o conhecimento acadêmico, bem como um planejamento e uma metodologia que não adquiriu em sua vida acadêmica, a qual não tem uma receita única que poderá seguir. Esse tipo de educador necessita fazer uso do conhecimento adquirido no decorrer da

sua vida, especialmente no seu envolvimento pessoal com o público menos favorecido. Então, assim, mesmo que ele não esteja preparado para tal papel, não terá como se eximir de assumir tais funções porque a sociedade industrializada exige esse novo profissional. Como afirma Caliman (2008):

O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas de pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença social⁶.



a metodologia desenvolvida para a formação profissional de pessoas com deficiência orienta-se por princípios socioeducativos, não é rígidas e contém orientações técnico-pedagógicas para atuar na educação profissional com alunos que necessitam, além do conhecimento técnico e/ou tecnológico, de um alto grau de criatividade e despojamento pessoal por parte do educador.

CURSOS PROFISSIONAIS: PRÁTICA NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL

A partir das questões levantadas no início do texto, passa-se a analisá-las uma a uma, fazendo com que o leitor possa refletir sobre as respostas que revelam o outro lado da educação profissional, muitas vezes desconhecida pela sociedade. A primeira questão analisada se refere à prática da educação profissional através do desenvolvimento de Ações Inclusivas: seriam os cursos de educação



profissional, desenvolvidos pelo Senai, favoráveis para o exercício de uma prática pedagógica orientada segundo a perspectiva da pedagogia social?

A primeira vista a resposta poderia ser negativa, se partíssemos de uma educação profissional tradicional, onde a preocupação maior se dá nos aspectos técnicos, em detrimento das relações humanas. Por outro lado, a resposta poderia ser positiva, caso se entenda a educação profissional na perspectiva da pedagogia social.

Fazer educação profissional utilizando os princípios metodológicos da pedagogia social não é algo novo. Isso sempre aconteceu na modalidade de cursos profissionais para a comunidade extraescolar. No entanto, o desenvolvimento de novas metodologias e práticas pedagógicas, a adaptação de currículos e a capacitação de educadores sociais são realidades novas no Brasil, amparadas por novas legislações no âmbito da educação.

Constata-se que a instituição ora analisada realiza a educação profissional regularmente fora dos ambientes escolares formais. Não apenas muda o endereço da formação educacional, mas direciona cursos profissionais que exigem um pensar diferenciado, desde o planejamento até o desenvolvimento do programa, bem como a montagem de laboratórios técnico/tecnológicos no ambiente interno das próprias comunidades vulneráveis. Esse tipo de educação exige um querer docente em assumir desafios e riscos, mesmo pessoais, e o desejo em atuar junto à comunidade que vive fora da escola formal, em ambientes culturais diferenciados.

Muitas vezes, são esses cursos profissionais voltados ao mundo do trabalho que mais atendem às demandas de indivíduos marginalizados pela sociedade e que estão em busca da satisfação das suas necessidades humanas básicas. Eles sabem que,

mesmo sem escolaridade e sem condições financeiras, poderão participar de um curso profissional, mesmo na modalidade de aperfeiçoamento, a qual possui uma carga menor de horas/aulas e menores exigências de pré-qualificação e escolaridade. O indivíduo vê, nestes cursos, a possibilidade de iniciar o longo caminho que precisará trilhar até chegar à inclusão no mundo do trabalho. Isso já era ratificado, alguns anos atrás, por Pereira⁷ (1967), em um estudo de caso desenvolvido em uma região metropolitana da cidade de São Paulo quando, em suas conclusões de pesquisa, afirmou que “*A outra escola industrial, existente em Santo André, mantida pelo poder público, não se ajusta, como o SENAI, às condições socioeconômicas das famílias e, por isso, praticamente não atrai os adolescentes da área*”⁸.

Mesmo com o passar dos anos o trabalho é visto como uma das melhores formas de inserção do indivíduo em uma sociedade que tende a excluir o diferente, o pobre, o idoso, o negro ou qualquer outro que não esteja dentro dos padrões convencionados pela sociedade da qual fazemos parte. Através da autonomia financeira esse indivíduo consegue, muitas vezes, vencer as barreiras da exclusão. Por outro lado, o mundo contemporâneo apresenta transformações sociais e tecnológicas inerentes ao querer do indivíduo que provocam significativo impacto na visão do homem e do mundo. Essas novas tecnologias abrem um novo leque de conhecimentos que amplia a diversidade de experiências e interações, em contraposição às esperanças profissionais.

A alta tecnologia exigida poderá favorecer o aumento das desigualdades sociais, na medida em que nem todos têm acesso aos recursos tecnológicos e aos novos saberes. Neste contexto é que o Senai tem a missão de levar ao alcance do indivíduo carente essas novas tecnologias e, assim, a inclusão digital passa a ser um dos pontos marcantes da atuação do Senai.

A modalidade de aprendizagem industrial realizada pelo Senai, que prevê a inserção de jovens de 18 a 24 anos em cursos de educação profissional, aliando os aspectos teóricos à sua prática na indústria, através de contrato formal de menor aprendiz, tem sido uma das formas, desde o ano de 1942, de proporcionar o acesso à educação para uma camada mais pobre da população que, sem escolaridade e sem a idade adequada, não consegue avançar no conhecimento formal, obter a certificação e a experiência profissional exigidas pelo mercado de trabalho.

No momento da qualificação profissional em ambientes não formais o programa objetiva dar sentido ao educando do que se deseja ensinar, valorizar a prática vivenciada pelo aluno e desenvolver conteúdos aliados às necessidades sociais, econômicas e culturais do grupo. Faz-se necessário fornecer, além do conhecimento teórico, habilidades de gestão, permitir que o aluno crie e se reconheça através do trabalho, sendo sujeito ativo da sua promoção e inserção social.

Assim, em resposta à questão, pode-se afirmar que os cursos de educação profissional voltada para populações e grupos

excluídos podem constituir-se em uma das formas de se exercer a educação na perspectiva da pedagogia social. Parafraseando Silva (2009) ⁹, o amplo universo das práticas de educação não formal congrega intervenções de natureza sociopedagógica nas áreas do meio ambiente, saúde, direitos humanos, cidadania, alimentação, trânsito, formação profissional, empreendedorismo, artes, cultura, esportes, etc.



*o trabalho é visto como uma das
melhores formas de inserção do
indivíduo em uma sociedade que
tende a excluir o diferente, o pobre,
o idoso, o negro ou qualquer outro
que não esteja dentro dos padrões
convencionados pela sociedade
da qual fazemos parte.*



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM AMBIENTES NÃO FORMAIS

A segunda questão que será analisada no presente artigo remete-se à reflexão sobre a possibilidade ou não de se fazer educação profissional fora de ambientes formais, inclusive utilizando, como forma de certificação, a avaliação por competência.

O próprio texto, até o momento descrito, apresenta a direção sobre a possibilidade de levar a educação profissional para fora dos ambientes formais. É possível estruturar laboratórios e ferramentas técnicas dentro de ambientes comunitários, bem como levar o docente com um planejamento e uma metodologia própria para atingir o público-alvo. Assim, é possível fazer uma educação profissional que fuja à educação formal, que exija um novo currículo e uma metodologia desenhada a partir das necessidades de cada grupo, utilizando as novas possibilidades da flexibilização curricular, da terminalidade específica e da avaliação por competência, condições estas determinadas e amparadas por legislação atual da educação brasileira. Um exemplo disso é a Lei do Menor Aprendiz¹⁰, quando possibilita que o aluno com deficiência intelectual seja avaliado pela competência e não pela escolaridade, como acontece comumente nos ambientes escolares.

Essas novas formas de repassar e avaliar o conhecimento têm apresentado um novo panorama, exigindo, hoje, uma escola, uma educação e um educador mais ousados e, especialmente, mais criativos. Neste contexto, a perspectiva da pedagogia social pode ser uma saída para a prática educacional voltada a alcançar maior sucesso junto a grupos caracterizados por condições de pobreza e exclusão social, e com grandes chances de serem rotulados em sua diversidade.

Ratifica-se que o público pobre, vulnerável, com deficiência, estigmatizado e que não conseguiu acompanhar a escolaridade de acordo com a sua idade cronológica muitas vezes vê a educação profissional ou os cursos profissionais oferecidos por instituições privadas ou públicas como a única saída para melhorar de vida e garantir a satisfação de algumas das suas necessidades humanas, como o trabalho. Assim, o presente artigo se coloca na perspectiva de que os cursos profissionais possam alcançar as classes menos favorecidas, de baixa renda e com anseios de recuperação social e reinserção na sociedade.

Muitas vezes, o que aqui é descrito não condiz com o pensamento de alguns intelectuais que rotulam instituições profissionais como aquelas que realizam cursos rápidos, caros e inacessíveis. Vale lembrar que os cursos rápidos e que não exigem um alto nível de escolaridade, apesar de muitas vezes criticados, na maioria são gratuitos e oportunizam formação aos excluídos, o que lhes garante uma empregabilidade, mesmo que de baixa remuneração. Respondem por fomentar no indivíduo ações que o levam a sua autonomia.



Para realizar educação profissional fora dos ambientes formais faz-se necessário que os laboratórios técnico/tecnológicos sejam arquitetados dentro dos ambientes comunitários e, muitas vezes, o educador necessita viver/conviver com aquele público e residir, temporariamente, com os mesmos. Para isso, o educador necessita ser preparado culturalmente pela própria comunidade que deseja a qualificação profissional. Só a partir disso esse educador poderá ser aceito por parte do grupo que entende que cabe ao educador aceitar e viver os costumes da comunidade, e não ao contrário, como comumente alguns acadêmicos ainda profetizam, acreditando ser o educador o detentor do saber e, conseqüentemente, incapaz de atingir culturas diferenciadas. Neste caso, ou o educador passa a ser integrante da cultura e/ou aceita os costumes daquela comunidade, ou não terá permissão nem acesso para realizar a qualificação profissional, mesmo que seja do interesse do grupo-alvo. Isso é muito comum, especialmente em aldeias indígenas ou comunidades quilombolas.

Quando a educação profissional acontece fora dos ambientes formais, como aldeias indígenas, comunidades quilombolas, favelas, prisões, ambientes não governamentais, e atende a esse público excluído, a instituição está indo muito além do que apenas qualificar por meio da educação profissional. Orienta o educador e a educação profissional para proporcionar o aumento do potencial desses indivíduos, da autoestima e, conseqüentemente, devolve a esperança de uma reinserção profissional e social, ou mesmo uma qualificação para consumo próprio de subsistência daquela comunidade. Dessa forma, realiza uma educação que atende àquilo que a educação formal, muitas vezes, não consegue atender, pois tem objetivos diferentes, mais focalizados nos processos de ensino-aprendizagem que nas relações sociais, como afirma Caliman (2008):

A pedagogia escolar tem toda uma história e é amplamente desenvolvida pela didática, ciência ensinada nas universidades. A segunda, a pedagogia social, desenvolve-se dentro de instituições não formais de educação. É uma disciplina mais recente que a anterior. Nasce e desenvolve-se de modo particular no século XIX, como respostas às exigências da educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social¹¹.

EDUCADOR SOCIAL: PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A última questão a ser abordada na presente reflexão diz respeito ao docente que atua na educação profissional, ou seja, poderia o docente responsável pela educação profissional que extrapola os muros da escola formal ser considerado um educador social?

Esta questão é muito complexa e merece uma reflexão mais detalhada, pois existem algumas diferenças entre o educador



que faz a educação formal e aquele que se utiliza da educação profissional para focar em questões culturais e sociais.

O professor da educação profissional que ministra um curso em uma favela, em uma comunidade carente, em uma aldeia indígena, em um asilo de idosos ou mesmo em um presídio, mesmo sem formação diferenciada e reconhecida, se identifica em muitos casos, com a figura de um educador social. Ele transmite muito mais do que o conhecimento cognitivo. Em especial, focaliza as relações sociais e a inclusão social. No entanto, esta terminologia “educador social” não é totalmente incorporada pela sociedade e, assim, apesar de exigir um perfil diferenciado, o educador não tem vantagens financeiras para realizar esse tipo de trabalho.

Por outro lado, aquele educador que atua dentro das escolas formais, apesar de muitas vezes também atender a questões sociais, nem sempre pode ser designado como educador social. Ele segue as normas educacionais exigidas pelo sistema e, apesar de flexibilizar o currículo quando necessário, não tem um público-alvo específico localizado em ambiente externo à sala de aula. O seu maior foco está na preparação dos alunos para desenvolver com competência sua atuação no campo profissional e inserção na indústria, diferentemente do aluno capacitado em um ambiente cultural diferenciado da escola formal, que não irá para a indústria e que, muitas vezes, permanecerá na sua comunidade, mesmo após a sua qualificação profissional.

Como se afirmou anteriormente, existe o papel do Senai, às vezes desconhecido pelos acadêmicos, que é aquele do desenvolvimento da aprendizagem em ambientes não formais. Esse papel exige novas metodologias, conhecimento sobre a flexibilização curricular sob a nova visão da pedagogia social e, especialmente, pode inspirar-se no perfil de um educador social com posturas inclusivistas, com objetivos claros com vistas a diminuir as desigualdades sociais. Carneiro (2005) contribui para essa análise quando afirma que:

Em ambos os casos (equidade/inclusão), as escolas devem alinhar conteúdos e metodologias plurais, capazes de restaurar a dimensão formativa do currículo como instrumento de desenvolvimento de competências e de habilidades e, portanto, de multiplicação de espaços de inserção social.¹²

Carneiro¹³ afirma que o grande alvo está na flexibilização curricular e nas possibilidades legais de oferecer novas metodologias. Para isso não existe uma receita única, não existe uma metodologia única ou um passo a passo rígido, mas existe um querer pedagógico e uma disposição para a mudança. O exercício da pedagogia social requer novas formas de aproximação do público-alvo (aluno vulnerável). Parafraseando Carneiro, 2005, a educação profissional muitas vezes é evidenciada não como uma modalidade de cursos básicos, mas como um processo de educação continuada que se estende ao longo de toda a vida do trabalhador-cidadão. Em decorrência, prevê-se a integração de dois tipos de aprendizagem: a formal e a não formal. A primeira, adquirida em instituição especializada, e a segunda, adquirida por diferentes meios, inclusive no próprio trabalho ou através de instituições socioeducativas sem fins lucrativos.



*para educar para a transformação
e para a reinserção social não basta
o querer do educador, da escola
e da equipe pedagógica; será
necessário um novo olhar das
políticas educacionais.*

Muitas vezes, o docente da educação profissional utiliza as demandas oriundas do próprio setor industrial/empresarial para atender aos anseios de uma comunidade vulnerável. Assim, consegue aliar sua vontade humana com a manutenção dos seus empregos. Isso não é algo ruim ou que desmerece o trabalho; ao contrário, trabalhar para a demanda é a forma de garantir a empregabilidade futura dos seus alunos. Ver o empresário como um parceiro em prol da educação profissional é, muitas vezes, agir com a inteligência emocional e saber que, após a qualificação, será necessário que a parceria resulte na empregabilidade do aluno capacitado. Tal integração permite que ele saia da

linha da vulnerabilidade. Romans esclarece isso, quando afirma que: (2003) “Os educadores sociais estão também envolvidos na busca da cumplicidade do setor empresarial, não apenas para facilitar o acesso ao trabalho para estas coletividades, como, também, na prevenção da perda de emprego para aqueles que o têm”¹⁴.

Portanto, para educar para a transformação e para a reinserção social não basta o querer do educador, da escola e da equipe pedagógica; será necessário um novo olhar das políticas educacionais. O educador deverá ser ousado e criativo, valorizado tanto financeira como profissionalmente, pois terá a árdua tarefa de desenvolver sua missão educacional/social e, ao mesmo tempo, garantir sua ascensão profissional. Caliman retrata esse educador social com exemplos práticos de homens, educadores que marcaram a história: “o pedagogo como um homem imerso na realidade social percebe a realidade com a sensibilidade educativa e, permitido por ela, responde às demandas emergentes. São exemplos: São João Bosco, Henrique Pestalozzi, Paulo Freire: homens de convicção”¹⁵.

Dessa forma, muitas vezes o educador social faz o trabalho acontecer através do exercício do voluntariado e, muitas vezes, sem reconhecimento profissional. Faz um trabalho técnico e educativo aliado ao social, e isso é desafiador. Fazer a diferença em um mundo como esse é correr o risco de também ser excluído profissionalmente. Por isso, mais do que competente tecnicamente, esse educador necessita utilizar sua inteligência emocional aliada à sua criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das três questões formuladas no início do ensaio e analisadas no decorrer do mesmo, pode-se afirmar que: 1. É possível utilizar cursos profissionais como forma de inclusão social, utilizando-se das metodologias inspiradas pela pedagogia social. 2. Também é possível levar esses cursos profissionalizantes para ambientes não formais e adaptar seus currículos a partir da demanda específica da comunidade vulnerável; finalmente, 3. É possível que um educador que ministra cursos de educação profissional para um público vulnerável e assume desafios que extrapolam o muro da escola formal, mesmo que receba seu

*É possível utilizar cursos
profissionais como forma de inclusão
social, utilizando-se das metodologias
inspiradas pela pedagogia social.*

salário e seja contratado por uma instituição formal pública ou privada, assuma o verdadeiro papel de um educador social, aliando sua prática pedagógica aos princípios da pedagogia social.

Diante disso, pode-se dizer que o programa de educação profissional inclusiva aqui analisado pode representar uma evolução significativa na direção de uma educação profissional na perspectiva da pedagogia social. Vale reconhecer o esforço daquelas instituições que ministram cursos profissionais em prol da diversidade, da justiça social, ao alcance de todas as necessidades humanas e fundamentais, incluindo, aí, as necessidades de formação técnica e de trabalho.



*a pedagogia social se volta
para a análise e a avaliação
das situações e condições
sociais conflituais; possibilita
a sistematização de boas práticas
e metodologias com base
nas quais seja possível intervir,
em termos formativos, no âmbito
da diversidade social, do desvio
e da marginalidade e da equidade
dos recursos sociais.*

Vale acreditar que é possível mudar estigmas e rótulos sociais que excluem indivíduos (alunos) do convívio e do mundo em que vivem. Por meio dos cursos profissionais e da qualificação profissional, como um direito de todos os homens e mulheres, buscar diminuir as desigualdades e concentrar as ações na prática da pedagogia social parece ser um instrumento útil para o desenvolvimento da educação profissional. O desejo de aliar a educação profissional à perspectiva da pedagogia social está no fato de que esta última se empenha diretamente

no aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas que objetivam o bem-estar social. Parafraseando Caliman (2008), a pedagogia social se volta para a análise e a avaliação das situações e condições sociais conflituais; possibilita a sistematização de boas práticas e metodologias com base nas quais seja possível intervir, em termos formativos, no âmbito da diversidade social, do desvio e da marginalidade e da equidade dos recursos sociais.

Neste contexto, fica fortalecida a crença em um novo panorama de inclusão profissional, onde exista maior igualdade de oportunidades, maior dignidade e, acima de tudo, que os aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos da população vençam os desafios através do trabalho.

Finalmente, que se possa fazer uso da educação profissional na perspectiva da pedagogia social, a exemplo do programa que foi analisado e, assim, auxiliar na superação das dificuldades causadas pela necessidade de formação e trabalho, bem como na obtenção do bem-estar social, na reintegração e na inclusão. Assim, parafraseando SILVA (2009), convidamos os docentes da educação profissional inclusiva a inspirar-se na construção de uma proposta pedagógica capaz de lidar com a complexidade dos problemas sociais que, ainda hoje, nos envergonham como seres humanos, como cidadãos e como educadores, ante a perspectiva de que outra pedagogia é possível.

Que essa pedagogia, voltada para a sensibilidade e a sociabilidade humana, seja a base para a educação profissional na perspectiva da pedagogia social e, assim, aumente as possibilidades de oferecer mudanças e melhores condições de vida a um número significativo de indivíduos que não tiveram acesso à escolaridade formal ou à inserção social. Esta é a fórmula de fazer educação profissional com o olhar voltado para os princípios da cidadania e, especialmente, de utilizá-la em prol de um indivíduo que, por algum motivo socioeconômico-cultural, esteja excluído da escola e da sociedade.

NOTAS

- ¹ PSAI - Programa SENAI de Ações Inclusivas. As vertentes atendidas pelo Programa são: pessoas com deficiência, gênero, etnia e/ou na terceira idade.
- ² SILVA, Roberto; CLEMENTE NETO, João; de MOURA, Adolfo; (Orgs). **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão Arte Editora, 2009. p. 37.
- ³ **Id. ibid.**
- ⁴ CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Univesa/UNESCO, 2008. p. 59.
- ⁵ **Id. ibid.**, p. 59.
- ⁶ **Id. ibid.**, p. 19.
- ⁷ PEREIRA, Luiz. **A Escola numa área metropolitana**. Crise e racionalização de uma empresa pública de serviços. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1967. p. 47.

- ⁸ **Id. ibid.**
- ⁹ SILVA, Roberto; CLEMENTE NETO, João; de MOURA, Adolfo; (Orgs). (2009) **op. cit.**, p.37.
- ¹⁰ BRASIL. Leis. Decretos. Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20, dez., 2000 p.1 Seção 1. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ Acesso em: 12/07.2010; **Id.** Decreto nº 5.598, de 01 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02, dez., 2005. p. 02, Seção 3. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ Acesso em: 12/07.2010.
- ¹¹ CALIMAN, Geraldo. (2008) **op. cit.**, p. 21.
- ¹² CARNEIRO, Moacir Alves. **Educação profissional para pessoas com deficiência:** cursos e programas inteligentes. Brasília: Instituto Disciplinar de Brasília, 2005. p. 78.
- ¹³ **Id. ibid.**
- ¹⁴ ROMANS, Mercé; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. **Profissão educador social.** São Paulo: Artmed, 2003. p. 161
- ¹⁵ CALIMAN, Geraldo. (2008) **op. cit.**, p. 18.

ABSTRACT

Loni Elisete Manica; Geraldo Caliman. Vocational courses in the perspective of social pedagogy.

This article demonstrates that vocational training might have the support of social pedagogy in the practice of inclusion. Initially, it describes the background of an inclusive program developed for a vocational training institution, which was analyzed in this study. Later, it answers three questions: Would vocational courses be a favorable ground to develop inclusionary actions in the perspective of social pedagogy? Is it possible to have vocational training in informal environments with technological laboratories that extrapolate the conventional classroom? Can the teacher in vocational courses be considered a social educator?

Keywords: *Vocational training; Social pedagogy; Inclusion.*

RESUMEN

Loni Elisete Manica; Geraldo Caliman. Cursos profesionales desde la perspectiva de la pedagogía social.

El texto pone en evidencia que la educación profesional puede encontrar en la pedagogía social el amparo necesario para la práctica de la inclusión. Inicialmente retrata los antecedentes de un programa inclusivo desarrollado por una institución de educación profesional que ha sido analizado para el presente estudio. Luego, responde a tres preguntas: ¿serían los cursos profesionales propicios al desarrollo de acciones de inclusión desde la perspectiva de la pedagogía social? ¿Es posible impartir educación profesional en ambientes no formales y con laboratorios tecnológicos que van más allá de las salas de aula convencionales? ¿Se podrá considerar como educador social al docente que actúa en cursos de educación profesional?

Palabras clave: *Educación profesional; Pedagogía social; Inclusión.*

